

Perspectivas para o Ecoturismo nas Unidades de Conservação da Cidade de Porto Alegre

Aline Moraes Cunha & Ana Carolina Leichtweis Bianchi

Recebido em 30/03/2021 – Aceito em 13/09/2021

Centro Universitário Metodista/IPA, Brasil. <alineecotur@gmail.com, anacarolinalbianchi@gmail.com>

RESUMO – Em uma metrópole como Porto Alegre, que integra uma região metropolitana composta por 34 municípios, os quais apontam uma população estimada de 4 milhões de habitantes, ações promotoras de qualidade de vida e de bem-estar para as populações são demandas da atualidade. Porto Alegre é tradicionalmente reconhecida como uma cidade com muitos espaços naturais, em área verde pública municipal que totaliza 21.537.572m² ou 15,28m²/habitante. Conforme legislação municipal, essas áreas têm a conservação da natureza como principal objetivo, assim o ecoturismo e sua capacidade de fomentar o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza instigaram esta pesquisa, que objetivou verificar a existência de potencial para ecoturismo nas unidades de conservação públicas de Porto Alegre. Como objetivos específicos, almejou caracterizar o ecoturismo em metrópoles urbanas; identificar as práticas de visitação ofertadas e analisar as potencialidades para o desenvolvimento do segmento nas unidades de conservação estudadas, a saber, o Parque Natural Municipal Saint´Hilaire, o Parque Natural Morro do Osso, o Refúgio de Vida Silvestre São Pedro e o Parque Estadual Delta do Jacuí. Como metodologia, optou-se por desenvolver uma pesquisa aplicada junto aos gestores das unidades, por meio de um questionário em formato eletrônico, desenvolvido no Google Forms e aplicado em outubro de 2020. Como resultado, todos os objetivos foram alcançados, levando à conclusão de que as unidades de conservação públicas da cidade de Porto Alegre possuem potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo e direcionamento do uso público destas unidades, como ferramenta de conservação da natureza e qualidade de vida.

Palavras-chave: Metrôpoles; uso público; qualidade de vida.

Perspectives for Ecotourism in the Conservation Units of the City of Porto Alegre

ABSTRACT – In an urban metropolis such as Porto Alegre, which integrates a Metropolitan Region made up of 34 municipalities, which point to an estimated population of 4 million inhabitants, actions that promote quality of life and well-being for the populations are demands of today. Porto Alegre has traditionally been recognized as a city with many natural spaces, in a municipal green public area that totals 21,537,572m² or 15.28 m²/inhabitant. Areas that, according to municipal legislation, have nature conservation as their main objective. Thus, Ecotourism and its ability to foster sustainable development and nature conservation, instigated this research, which aimed to highlight the existence of potential for ecotourism in public conservation units in Porto Alegre. As specific objectives, it aimed to characterize ecotourism in urban metropolises; identify the visiting practices offered and analyze the potential for the development of the segment in the studied UCs, being the Municipal Natural Park Saint´Hilaire, the Natural Park Morro do Osso, the Refúgio de Vida Silvestre São Pedro and the State Park Delta do Jacuí. As a methodology, there was a qualitative research, which used a quantitative tool through a questionnaire in electronic format, developed in Google Forms and applied in October 2020. As results, all objectives were achieved, leading to the conclusion that the public UCs in the city of Porto Alegre have potential for the development of Ecotourism and direct the public use of these units, as a tool for nature conservation and quality of life.

Keywords: Metropolis; public use; quality of life.

Perspectivas del ecoturismo en las Unidades de Conservación de la Ciudad de Porto Alegre

RESUMEN – En una metrópoli como Porto Alegre, que integra una región metropolitana conformada por 34 municipios, que apuntan a una población estimada de 4 millones de habitantes, las acciones que promuevan la calidad de vida y el bienestar de las poblaciones son demandas de hoy. Porto Alegre ha sido tradicionalmente reconocida como una ciudad con muchos espacios naturales, en un área pública verde municipal que totaliza 21.537.572m² o 15,28m²/habitante. Zonas que, según la legislación municipal, tienen la conservación de la naturaleza como principal objetivo. Así, el ecoturismo y su capacidad para fomentar el desarrollo sostenible y la conservación de la naturaleza, impulsaron esta investigación, que tuvo como objetivo resaltar la existencia de potencial para el ecoturismo en las unidades de conservación públicas de Porto Alegre. Como objetivos específicos, tuvo como objetivo caracterizar el ecoturismo en las metrópolis urbanas; identificar las prácticas de visita ofrecidas y analizar el potencial para el desarrollo del segmento en las UC estudiadas, siendo el Parque Natural Municipal Saint´ Hilaire, el Parque Natural Morro do Osso, el Refúgio de Vida Silvestre São Pedro y el Parque Estatal Delta do Jacuí . Como metodología, se realizó una investigación cualitativa, que utilizó una herramienta cuantitativa a través de un cuestionario en formato electrónico, desarrollado en Google Forms y aplicado en octubre de 2020. Como resultados, se lograron todos los objetivos, lo que llevó a la conclusión de que las UC públicas en el La ciudad de Porto Alegre tiene potencial para el desarrollo del Ecoturismo y dirige el uso público de estas unidades, como herramienta para la conservación de la naturaleza y la calidad de vida.

Palabras clave: Metrópoli; uso público; calidad de vida.

Introdução

O Ecoturismo, definido oficialmente no Brasil como o segmento que “utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (Brasil, 2010). Para Rangel & Sinay (2019), o Ecoturismo é um segmento importante para promover a sustentabilidade e a conservação da natureza de grande parte das unidades de conservação (UCs) brasileiras, tornando-as de grande potencial para receber atividades ecoturísticas. Para Costa, Costa e Mello (2007), as atividades ecoturísticas nas UCs já eram reconhecidas como um ótimo contribuinte para a qualidade de vida de todos e, principalmente, daqueles que vivem nas grandes cidades. Esse segmento, além de proporcionar bem-estar, pode representar valor estético, paisagístico e patrimonial para essas áreas.

Segundo Freitas (2009), a metropolização é um fenômeno recente na história da urbanização, seu início foi marcado a partir da Revolução Industrial que ocorreu na Inglaterra no século XIX, quando se teve a iniciativa de criar uma região metropolitana em torno da então capital

Londres. Seguidamente, a ideia foi reconhecida e implantada por administradores de Tóquio, Cidade do México, Buenos Aires, Toronto, Montreal, Los Angeles, Barcelona e, hoje, muitas outras. Sua conceituação tem por base a polarização de uma região em torno de uma grande cidade em dimensões físicas, ou seja, a concentração de crescimento da população e de fluxos urbanos e, conseqüentemente, elevando a densidade demográfica e taxa de urbanização. Toda metrópole constitui ao seu redor um núcleo com várias outras cidades que sofrem sua influência direta, sendo assim, possuem forte relação de interdependência econômica e notório movimento oscilante de sua população (Freitas, 2009).

Um exemplo de metrópole que sofre significativa influência turística é o Rio de Janeiro. Soares (2015) destaca que a metrópole Rio de Janeiro é a imagem internacional do país. Diante de um longo período de crise econômica, social e urbana, a cidade ressurgiu para a economia internacional diante de seus vínculos com a economia do petróleo, pelo turismo internacional e pelos megaeventos, especialmente os esportivos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, assim como o Rock in Rio e o grande Réveillon da cidade são parte e, conseqüentemente,

estão vinculados ao planejamento estratégico urbano que reforça a imagem da cidade empresa que o Rio de Janeiro se tornou e atrai grandes investimentos.

Araújo (2017) salienta que os fluxos turísticos envolvem tanto o número de turistas, como a economia, e esses fluxos ocorrem também em países menos desenvolvidos, mas as metrópoles regionais-locais dominam estes fluxos nacionais-internacionais, como é o caso do Brasil, mais especificamente entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo Aldrigui (2017), os países, capitais e cidades que são economicamente importantes recebem uma quantia maior de visitantes, devido à existência de um conjunto de equipamentos voltados, primeiramente, ao morador, como, por exemplo, museus, galerias de arte, lojas, zoológicos, aquários, estádios, casas de show e espaços para eventos, restaurantes, entre muitos outros. Além desses atrativos, as grandes cidades e metrópoles urbanas possuem também, segundo Pellin, Carvalho, Reis e Pellin (2014), as unidades de conservação urbanas, que apresentam diversos benefícios e valores, em destaque a possibilidade de desenvolvimento de bons programas de uso público, que podem promover uma maior integração entre essas áreas e a população que vive nas grandes cidades.

Um exemplo de UC, em uma metrópole no Brasil, conforme apontado por Wanderley (2008), é o Parque Nacional do Itatiaia, situado na Serra da Mantiqueira no Rio de Janeiro. Essa é a primeira área do país a ser transformada em unidade de conservação, em 1937, sendo um dos parques mais visitados e o mais antigo do Brasil. Sua localização próxima à região metropolitana do Rio de Janeiro tem sido, durante anos, um fator positivo para a afluência dos visitantes e turistas ao parque.

O presente estudo torna-se relevante pois, em uma metrópole como Porto Alegre, que possui população estimada de 1.488.252 habitantes (IBGE, 2020), e integra uma região metropolitana composta por 34 municípios, que apontam uma população estimada de 4 milhões de habitantes, ações promotoras de qualidade de vida e de bem-estar para as populações são demandas da atualidade evidenciadas pela lotação dos parques e espaços de lazer da cidade, a cada final de semana. Porto Alegre é tradicionalmente reconhecida

como uma cidade com muitos espaços naturais, possuindo 9 parques, a Orla Moacyr Scliar, 684 praças e 4 unidades de conservação, em área verde pública municipal, totalizando 21.537.572m² ou 15,28m²/habitante, áreas que, conforme sua legislação, têm a conservação da natureza como principal objetivo (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2020).

Apesar de todos esses espaços naturais, o segmento de ecoturismo não figura na oferta turística oficial da cidade, nem consta em seu Plano de Turismo. Assim, diante do tema de estudo aqui proposto e da relevância do ecoturismo também para a conservação dos espaços naturais e promoção de atividades educativas de lazer e saúde, partindo do entendimento sobre Ecoturismo e sua capacidade de fomentar o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza, esta pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: Existe, nas unidades de conservação públicas de Porto Alegre, potencial para a oferta do ecoturismo?

Como objetivo geral, buscou-se investigar a existência de potencial para ecoturismo nas unidades de conservação públicas de Porto Alegre. Já nos objetivos específicos buscou-se caracterizar o ecoturismo em metrópoles urbanas; identificar as práticas de visitação ofertadas e analisar as potencialidades para o desenvolvimento do segmento nas UCs estudadas.

Dessa forma, partindo-se dessas reflexões, faz-se necessário apresentar a caracterização da área de estudo, bem como das unidades de conservação pesquisadas e do método aplicado para a realização da pesquisa base deste artigo.

Materiais e Métodos

Caracterização: a metrópole porto alegre

Como lugar de enfoque principal estudado nesta pesquisa, de acordo com Fedozzi & Soares (2016), Porto Alegre é a metrópole mais meridional do Brasil, ou seja, situada ao sul do país, e inserida nesse processo de metropolização desde o final dos anos 1960. A cidade é a décima mais populosa entre as capitais brasileiras (IBGE, 2015). Sua região metropolitana abriga cerca de quatro milhões de habitantes, sendo a quarta concentração econômica e urbana brasileira, junto às regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Para Martins (2018), a região Metropolitana de Porto Alegre foi fundada de acordo com critérios demográficos, econômicos e de integração, todos definidos pelo IBGE, no início dos anos 1970. Nessa época, a metropolização começou a aparecer no Brasil como um fenômeno socioespacial.

De acordo com dados oficiais, a população estimada no ano de 2020 para Porto Alegre é cerca de 1.488.252 pessoas. Segundo o último censo de 2010, a população encontrava-se em 1.409.351 pessoas, e a densidade demográfica em 2.837,53hab/km². Como área de unidade territorial, possui 495,390km², e o bioma predominante é o Pampa (IBGE, 2019).

Conforme o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020), na atualidade, a região metropolitana de Porto Alegre, com seus 34 municípios, concentra 38,2% da população do Estado, sendo considerada a mais densamente povoada do Rio Grande do Sul, e as estimativas populacionais indicam que concentra 4,4 milhões de habitantes. Dos 19 municípios do estado com mais de 100 mil habitantes, nove fazem parte da RMPA, e a densidade demográfica média da região é de 421,8hab/km² (IBGE, 2020).

Na cidade de Porto Alegre, existem quatro UCs abertas ao público e com grandes potenciais

turísticos em meio à flora e à fauna do ecossistema gaúcho. De acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAM) de Porto Alegre, as UCs administradas pelo município que permitem em seu Plano de Manejo visitação pública são: o Parque Natural Municipal Saint´ Hilaire, o Parque Natural Morro do Osso, o Refúgio de Vida Silvestre São Pedro e, de caráter estadual, o Parque Estadual Delta do Jacuí. Todas elas foram elementos de estudo desta pesquisa e suas caracterizações serão mencionadas a seguir.

Parque Estadual Delta do Jacuí

Criado em 1976, o Parque teve sua área ampliada em 1979, ocupando 17.245ha. No ano de 2005, foi criada a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ), com 22.826,39ha, englobando o Parque Estadual Delta do Jacuí em seus limites (Vasconcellos *et al.*, 2014). De acordo com o Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ), homologado pela Portaria SEMA/RS n° 62, de 27 de outubro de 2014, o Parque abrange áreas dos municípios de Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo, Charqueadas e Eldorado do Sul, com 14.242,05ha e está na categoria dos Parques de Proteção Integral Estadual (Fig. 1).

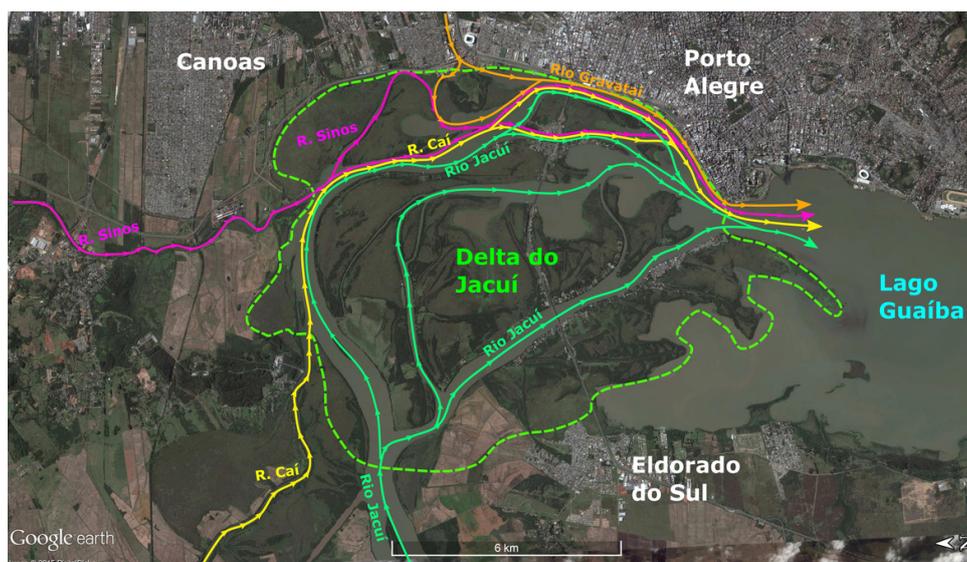


Figura 1 – Localização do Parque Estadual do Delta do Jacuí
Fonte: Google Earth/Porto Alegre de cima (2016).

Um dos motivos para torná-lo uma unidade de conservação foi manter uma área verde próxima à parte mais urbanizada da capital e, também, pelo fato das águas do delta atuarem como um imenso filtro natural, contribuindo para manter a potabilidade das águas do Guaíba e os bons níveis de produtividade de pescado. O Parque é fundamental para a conservação da grandiosa extensão de áreas úmidas e suas funções que abrangem os rios Caí, dos Sinos, Gravataí e Jacuí, como também na proteção da dinâmica hídrica do sistema deltaico (Vasconcellos *et al.*, 2014).

Parque Natural Municipal Saint'Hilaire

Conforme a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAM) de Porto Alegre, o Parque é uma unidade de conservação da natureza de proteção integral que abrange 1.148ha de áreas preservadas, localiza-se na divisa entre os municípios de Viamão e Porto Alegre.

Tornou-se uma unidade de conservação por abrigar mais de 50 nascentes, que possuem papel fundamental na conservação da bacia hidrográfica do Arroio Dilúvio (Fig. 2). O Parque possui uma fitogeografia formada pela Floresta Estacional Semidecidual e um ecossistema associado ao bioma Mata Atlântica. A composição da vegetação é dada por 450ha de mata nativa e cerca de 300ha de campo nativo (Mortari, 2002).



Figura 2 – Parque Natural Municipal Saint'Hilaire.
Fonte: Prefeitura Municipal de Viamão (2015).

É um refúgio para a fauna da região metropolitana, com uma biodiversidade composta por 12 espécies diferentes de mamíferos, 47 espécies de répteis, 23 de anfíbios, 14 espécies de peixes que habitam a barragem e 88 espécies de aves, algumas ameaçadas de extinção (Mortari, 2002).

Parque Natural Municipal Morro do Osso

O Parque foi transformado no ano de 1979 em área de preservação ecológica pelo Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. No ano de 1990, foi realizado o primeiro passeio ecológico

para preservação da área e efetivação do Parque. Mas sua criação como Parque Natural Morro do Osso ocorreu definitivamente em 1994 (Sestren-Bastos, 2006).

O Parque é categorizado como de proteção integral municipal, possui 143 metros de altura, fazendo parte da cadeia dos morros graníticos existentes na cidade de Porto Alegre, próximos à margem do Lago Guaíba. Os bairros que cercam o morro em maior ou menor extensão urbanizada são Tristeza, Ipanema, Camaquã e Cavallhada (Fig. 3), e sua administração é feita pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Conselho Gestor Consultivo do Parque (SMAM, 2006).

O Parque conta com 220ha de área natural e constitui-se em um importante reduto biológico, uma grande biodiversidade e conta com

aproximadamente 60% da vegetação natural, com forte influência da Mata Atlântica.



Figura 3 – Imagem do Morro do Osso e entorno (localização).

Fonte: Plano de Manejo Participativo do Parque Natural Morro do Osso (2006).

Do alto do morro, pode-se avistar o Lago Guaíba, o Delta do Jacuí, os morros Santa Tereza, Teresópolis, Agudo, da Tapera, das Abertas e o da Ponta Grossa. Nele existem trilhas ecológicas para visitação pública, monitores ambientais locais que poderão acompanhar grupos mediante agendamento prévio (Sestren-Bastos, 2006).

Refúgio de Vida Silvestre São Pedro

O Refúgio de Vida Silvestre São Pedro é uma unidade de conservação de proteção integral, localizado na zona Sul da cidade de Porto Alegre, no bairro Lami, entrada pelo Beco Passo da Taquara (Fig. 4). Segundo informações retiradas do Plano de Manejo disponibilizado pela SMAM de Porto Alegre, a área abrangida pelo refúgio totaliza 136,14ha de superfície. O Parque foi criado por meio do Decreto Municipal n. 18.818, de 16 de outubro de 2014 (Sestren-Bastos; Vieira; Ribeiro, 2017).



Figura 4 – Refúgio de Vida Silvestre São Pedro.

Fonte: Prefeitura municipal de Porto Alegre (2013).

A criação do Refúgio tem como objetivo principal assegurar a conservação da biodiversidade local e garantir condições apropriadas para a existência da fauna de mamíferos. Além de proteger integralmente e regenerar os ecossistemas naturais da Mata Atlântica e dos campos nativos por abrigarem espécies raras e endêmicas, o Refúgio também tem como meta: manter e recuperar nascentes de cursos d'água; incentivar o fortalecimento da cultura indígena, desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico (Sestren-Bastos; Vieira; Ribeiro, 2017).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa que deu origem a este artigo foi exploratória, de natureza qualitativa. Nos procedimentos, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, realizada principalmente para descrever as UCs. Foi realizada em formato online, através de formulários eletrônicos, com perguntas fechadas (Quadro 1), desenvolvidos no Google Forms, aplicativo de gerenciamento de pesquisas, disponibilizado pelo Google e com *link* enviado exclusivamente aos e-mails de contato das unidades pesquisadas, tendo como respondentes seus gestores diretos. O período de devoluções ocorreu no mês de outubro de 2020.

Quadro 1 – Questões abordadas no formulário on-line.

Questões	Opções
1. Unidade de conservação:	
2. Nome do respondente:	
3. Cargo/função:	
4. Entendendo ecoturismo como “segmento que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2010, p.17). Reconhece a prática de ecoturismo, nesta unidade de conservação?	() Sim () Não
5. Quanto ao perfil dos visitantes da UC, identifique: (múltipla escolha)	Estudantes primários de escolas públicas; estudantes secundários de escolas públicas; estudantes primários de escolas privadas; estudantes secundários de escolas privadas; estudantes de curso superior público; estudantes de curso superior privado; grupos de amigos; grupos via agências de viagens; famílias; outros
6. Quanto à origem dos visitantes da UC, aponte: (múltipla escolha)	Moradores locais – Porto Alegre; moradores da região metropolitana; brasileiros de outros estados; estrangeiros da América Latina; estrangeiros de outros continentes
7. Quanto ao fluxo de visitantes, aponte o período de maior visitação:	dezembro a março – público em geral; dezembro a março – estudantes; abril a julho – público em geral; abril a julho – estudantes; agosto a novembro – público em geral; agosto a novembro – estudantes
8. Ainda sobre o fluxo de visitantes, pode apontar o número de visitantes do ano anterior?	
9. Aponte as atividades de Ecoturismo existente na UC: (múltipla escolha)	Trilha interpretativa auto guiada; trilha interpretativa guiada; caminhada; caminhada de longo curso; observação de pássaros; observação de fauna; observação de flora; arborismo; contemplação; banho de rio, lago, cachoeira; cicloturismo; turismo fora de estrada – veículo 4x4; quadriciclo; outras:
10. Quem opera/executa estas atividades na UC: (múltipla escolha)	Funcionário da UC; condutor ambiental local; condutor de turismo de aventura; guia de turismo; outro:
11. Quem comercializa estas atividades: (múltipla escolha)	Agência de turismo receptiva local; agência de turismo regional/nacional; associação de condutores locais; associação de turismo local; condutores autônomos; guias de turismo autônomos; não sabe determinar;
12. Sobre a infraestrutura das UCs, aponte a (as) existentes: (múltipla escolha)	Centro de visitantes; banheiros; alojamento; estacionamento; guarita de segurança; guarita de observação; estrada interna; trilhas; área para piquenique (lazer); outros:

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

A adoção dessa estratégia de coleta de dados, exclusivamente com os gestores das unidades, se justificou pelo período de pandemia mundial da Covid-19 (Sars-Cov-2), decretada em 11 de março de 2020, e ainda em andamento no período disponível para a realização desta pesquisa, o que impossibilitou o contato direto com os agentes das UCs pesquisadas. Dessa forma, a ferramenta e o meio eletrônico de sua aplicação permitiram a coleta dos dados e viabilizaram a

realização da pesquisa, dentro do cronograma previsto, e possibilitaram a compreensão quanto à realidade dos espaços estudados, em relação ao tema de pesquisa presente.

Resultados alcançados

Quanto ao perfil dos visitantes, os respondentes apontam que estudantes primários de escolas públicas são os mais frequentes.

Porém, grupos que visitaram a unidade, por intermédio de agências de viagens, não foram apontados como um público visitante por nenhuma das UCs. Foram apontados como outros públicos de visitantes, grupos envolvidos com temas ambientais e solidários, empresas, órgãos públicos e integrantes de UCs, inclusive de outros estados, bem como ciclistas e moradores do entorno.

Quanto à origem desses visitantes (Quadro 2), a presença apontada pela maioria de 3 (três) UCs é de moradores de Porto Alegre e de municípios da região metropolitana. Porém, 2 (duas) UCs apontam o receptivo de brasileiros de outros estados, e uma delas reconhece também a visita de estrangeiros da América Latina e de outros continentes.

Quadro 2 – Origem dos visitantes.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	ORIGEM DOS VISITANTES	Moradores locais - POA	Moradores da RMPOA	Brasileiros de outros estados	Estrangeiros da América Latina	Estrangeiros de outros continentes
	PE Delta do Jacuí	X	X	X	X	X
RVS São Pedro	X					
PN do Morro do Osso	X	X	X			
PNM Saint' Hilaire			X			

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

Sobre o período de maior fluxo de visitantes (Quadro 3), os dados apontam que o Parque Estadual Delta do Jacuí declara receber turistas durante todo o ano, sendo tanto estudantes, como público em geral. O Refúgio da Vida Silvestre São Pedro declarou que o período em que mais recebe visitantes vai de agosto a novembro, sendo o público em geral, pois ainda não recebem grupos

de estudantes. O Parque Natural do Morro do Osso aponta como período de maior fluxo de visitas os meses de agosto a novembro, que concentram tanto o público em geral como estudantes, e o Parque Natural Municipal Saint'Hilaire declara como período de maior fluxo de visitas o período de dezembro a março, com o público geral.

Quadro 3 – Períodos de maior fluxo de visitantes.

UC	FLUXO	Dez a março: público geral	Dez a março: estudantes	Abril a julho: público geral	Abril a julho: estudantes	Ago. a nov.: público geral	Ago. a nov.: estudantes
	PE Delta do Jacuí	X	X	X	X	X	X
RVS São Pedro						X	
PN do Morro do Osso						X	X
PNM Saint' Hilaire	X						

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

Ainda sobre o fluxo de visitantes, quanto ao número de recebidos no ano de 2019, o Parque Estadual do Delta do Jacuí declarou que o uso público da UC é restrito, tendo totalizado em torno de 200 visitantes; o Refúgio da Vida Silvestre São Pedro declarou ter recebido cerca de 80 visitantes; o Parque Natural Morro do Osso declarou ter recebido 1.956 estudantes na Trilha de Educação Ambiental, porém aponta que não foi contabilizado o número de visitantes como um todo, sem agendamento de trilha; e o Parque Municipal Natural Saint’Hilaire apontou ter recebido cerca de 110.000 visitantes.

Para o levantamento das atividades de ecoturismo ofertadas nas UCs pesquisadas (Quadro 4), foram apresentadas 13 opções e foram apontadas como existentes nas UCs as seguintes atividades:

Quadro 4 – Atividades de ecoturismo ofertadas.

UC	Atividades Ofertadas
PE Delta do Jacuí	Contemplanção
RVS São Pedro	Trilha de educação ambiental para escolas (outras)
PM do Morro do Osso	Trilha interpretativa guiada, caminhada, contemplanção, cicloturismo
PMN Saint’Hilaire	Trilha interpretativa guiada, caminhada, caminhada de longo curso, observação de pássaros, observação de flora, contemplanção, cicloturismo

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

A unidade Refúgio da Vida Silvestre São Pedro foi a única UC a marcar a opção “outras”, incluindo a atividade “trilha de educação ambiental para escolas”, não identificando esta como trilha interpretativa guiada, nem autoguiada. O Parque Estadual Delta do Jacuí, declarou a expectativa de que, com a implantação do uso público por via de parcerias público-privadas, tenham opções de trilhas e observação de fauna e flora.

Quando questionados sobre quem opera/executa as atividades, as quatro UCs apontaram os próprios funcionários, declarando não ter a atuação nem de condutor ambiental local, ou condutor de turismo de aventura ou de um guia de turismo.

Da mesma forma, as respostas foram negativas quanto a quem comercializa essas atividades para as UCs, pois mesmo havendo a opção “Não sabe determinar”, todas as UCs declararam que não há comercialização por nenhuma das demais opções apresentadas, sendo agência de turismo receptiva local; agência de turismo regional/nacional; Associação de Condutores Locais; Associação de Turismo Local; condutores autônomos.

O Parque Estadual Delta do Jacuí apontou que as atividades começarão a ser comercializadas após a realização da parceria público privada, porém sem apontar uma data prevista. O Parque Municipal Natural Saint’Hilaire, declarou não ser característica a comercialização dessas atividades, sendo todas livres e feitas de forma autônoma pelo visitante, sem orientação ou custo, e que o local só possibilita as atividades declaradas, sendo somente as trilhas guiadas realizadas com acompanhamento e para grupos organizados. Destacou também que na atualidade o Parque está fechado para reestruturação.

Quanto à infraestrutura existente nas UCs pesquisadas, o Parque Municipal Natural Saint’Hilaire destacou que estão sem banheiros públicos no momento, sendo esta e outras melhorias na infraestrutura as razões para estarem fechados. As demais UCs estão apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Infraestrutura existente nas UCs

UC	Infraestrutura
PE delta do Jacuí	Centro de visitantes; Banheiros; Alojamento; Estacionamento; Guarita de segurança;
RVS São Pedro	Estacionamento; Trilhas;
PM do Morro do Osso	Centro de visitantes; Estacionamento; Estrada interna; Trilhas;
PMN Saint’Hilaire	Estacionamento; Estrada interna; Trilhas; Área para piquenique (lazer).

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Com base nesses resultados, apresentam-se os dados para alcance dos objetivos propostos e, após confronto com o referencial teórico, a construção das considerações finais acerca deste estudo, conforme será apresentado no próximo capítulo.

Discussão

O primeiro objetivo propôs caracterizar o ecoturismo em metrópoles urbanas. E, conforme apresentado nos resultados, características ambientais, forma de utilização pública, descrição de atividades, estruturas e fluxo de visitas declarados como existentes, podemos confirmar o potencial para o segmento de ecoturismo nas quatro UCs pesquisadas. Segundo Pellin, Carvalho, Reis e Pellin (2014), o ecoturismo presente nas UCs localizadas em metrópoles urbanas apresenta diversos benefícios e valores, em destaque a possibilidade de desenvolvimento de bons programas de uso público, podendo promover uma maior integração entre estas áreas e a população que vive nas grandes cidades.

Também se encontra em conformidade com o apontado pelos autores Nascimento, Canto-Silva, Melo e Marques (2016), que afirmam que as UCs são essenciais para a conservação da biodiversidade, e o seu papel fundamental é resguardar o ambiente natural, como também promover o uso público em contato com a natureza para que auxilie no incremento dos recursos econômicos da área, aproxime a sociedade da natureza e fomente sua utilização sustentável.

Para as unidades que ainda não adotaram o ecoturismo como segmento a ser aplicado na localidade, esta pesquisa buscou mostrar que, como apontado por Araújo e Silva (2006), o ecoturismo pode ser sim uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentável apropriada para ser aplicada nas UCs que permitem visitas públicas, pois ainda será possível manter a geração de renda e empregos, a preservação e conservação dos recursos e a qualidade do meio ambiente.

O segundo objetivo, que buscou identificar as práticas de visita oferecidas, permitiu verificar que todas as UCs pesquisadas oferecem atividades caracterizadas como ecoturismo. De acordo com o MTUR, essas atividades devem promover a experiência de uma aproximação com o ambiente natural e são voltadas para a preservação e conservação (Brasil, 2010). Trilhas interpretativas, caminhadas e observação de flora estão presentes nas UCs da pesquisa o que comprova a presença do segmento de ecoturismo.

O terceiro e último eixo de investigação deste trabalho teve como objetivo analisar as potencialidades para o desenvolvimento do segmento nas UCs estudadas. Como apenas uma UC não reconhece a prática de ecoturismo, porém todas elas permitem a visita pública e podem se tornar ecoturísticas, visto o que se constatou através da pesquisa, todas podem ofertar o segmento ou potencializá-lo em suas localidades, a fim de aumentar o número de visitantes e tornar o ambiente conservado e prestigiado. Isso vai ao encontro do defendido por Vallejo (2013), para quem os parques que possibilitam visitas para o uso público e dispõem de atividades a serem ofertadas possuem grandes chances de movimentação financeira, gerando oportunidades e benefícios diversos para os moradores do entorno.

Em destaque, três das UCs pesquisadas apontam que a origem dos visitantes são moradores de Porto Alegre. Os autores Mazzei, Colesanti e Santos (2007) ressaltam a importância que os ambientes urbanos, com espaços livres considerados para fins de lazer, possuem. São diversos benefícios e oportunidades que proporcionam uma melhor qualidade de vida, tanto física, quanto psicológica e social, contribuindo ainda para que áreas essenciais, com qualidades únicas, possam ser preservadas e conservadas. Esses espaços possuem funções recreativas, educativas e ecológicas, que são de extrema importância para a sociedade, bem como constituem belas paisagens, que propiciam integração e socialização. Porém, sobre a infraestrutura existente nas UCs para receber o público, identifica-se como um potencial existente, mas requer melhorias e ampliação, o que é essencial.

É perceptível que algumas UCs não recebem grandes quantidades de visitantes, que não dispõem de um condutor ambiental local ou condutor de turismo de aventura ou de um guia de turismo, e que a infraestrutura requer atenção dos órgãos administrativos. O Parque Estadual Delta do Jacuí sinalizou que as atividades começarão a ser comercializadas após a realização da parceria público/privado em tratativas. O Parque Municipal Natural Saint'Hilaire destacou também que na atualidade o Parque está fechado para reestruturação, pois estão sem banheiros públicos, sendo essa e outras melhorias na infraestrutura as razões para estarem fechados.

Conclusão

Como há potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo, ainda muitos processos de melhorias e adequações seriam necessários. O acesso aos espaços públicos de ordem natural, como, por exemplo, os parques, seja para fins de lazer ou recreação, é um direito de todos os integrantes de uma sociedade. Proibir o acesso a esses ambientes não garante a sua preservação e conservação. Em muitos governos, não há o interesse político nessas áreas e, conseqüentemente, não há estrutura suficiente, se torna então mais sensato planejar para desenvolver uma inserção social de forma a conciliar os interesses dos usuários desses parques juntamente com a preservação ambiental deles, tornando menores possíveis os impactos negativos ao meio e tornando-os de uso público.

Por meio da realização desta pesquisa e do conhecimento adquirido por meio dos autores citados no referencial teórico, objetivou-se salientar que “o ecoturismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento econômico e sustentável apropriada para ser aplicada nas UCs”, ao mesmo tempo que preserva e conserva os recursos naturais.

Diante do objetivo geral e dos específicos alcançados, e respondendo ao problema de pesquisa proposto, considera-se que as unidades de conservação públicas da cidade de Porto Alegre possuem potencialidades para o desenvolvimento do segmento, mas carecem de atenção por parte dos órgãos públicos e dos próprios moradores que, ao reconhecerem esses ambientes como apropriados para o lazer, a educação ambiental e a conservação, poderiam reivindicar por melhorias para que se tornem totalmente apropriados para o desenvolvimento do segmento de ecoturismo.

Como um caminho para as soluções possíveis, sugere-se que busquem parceria com as instituições de ensino presentes na cidade de Porto Alegre e região metropolitana, que possuam cursos das áreas ambientais e de turismo, a exemplo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFRS), campus Porto Alegre, que possui o curso de Gestão Ambiental e já disponibilizaram em suas ofertas de formações complementares cursos de formação de condutores para o Parque Estadual de Itapuã e para o Parque Natural Municipal Morro do Osso, já possuindo equipe e conhecimento legal para a formação de mais desses profissionais, para

atuarem nas UCs que ainda não possuem esses prestadores de serviço. Assim como o SENAC/RS e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), campus restinga, que possuem em sua oferta regular o curso técnico em Guia de Turismo e poderiam direcionar a especialização de seus alunos a essas UCs, presentes na região metropolitana.

Este artigo não teve a pretensão de colocar fim às investigações necessárias sobre o tema na região. Assim, recomendamos que outros estudos sejam encaminhados, de forma a solucionar outras lacunas de conhecimento ainda presentes. Bem como, em outra situação favorável, que se possa ir a campo e ouvir também o público visitante dessas UCs, o que não foi possível neste estudo, devido ao fechamento das UCs em período de pandemia, obrigando-nos a manter também o distanciamento social.

Referências

- Aldrigui M. 2017. Turismo Urbano: Um olhar para o quase invisível. Revista do centro de pesquisa e formação, n° 4. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/9103e375/c565/479e/8e60/c6f5b2773a09.pdf>> Acesso em: 25/08/2020.
- Araújo EF. 2017. O turismo e a metrópole: algumas considerações teóricas. Conexões - Ciência e Tecnologia, 11(5): 44 – 53. Disponível em: <<http://www.conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1281/1050>> Acesso em: 26/08/2020.
- Brasil, 2000. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em: 09/10/2020.
- Brasil. 2000. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª edição ampliada. (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série conservação e áreas protegidas, 18). Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_18_2ed.pdf> Acesso em: 16/10/2020.
- Brasil. 2010. Ecoturismo: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2.ed. Ecoturismo: orientações básicas. – Brasília: Ministério do Turismo. 90p.

- Costa NM, Costa VC, Mello A. P. Planejamento de trilhas no contexto do manejo e gestão do ecoturismo de unidades de conservação urbanas. *Revista OLAM Ciência & Tecnologia*, 7(3). Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/899>> Acesso em: 12/08/2020.
- Fedozzi L, Soares PRR. Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea. *Observatório das Metrópoles*, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/v18n42/1517-4522-soc-18-42-00162.pdf>> Acesso em: 07/09/2020.
- Freitas R. 2009. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. *Revista Eletrônica da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. Humanae*, 1 (3): 44-53. Disponível em: <<http://www.humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/54>> Acesso em: 26/10/2020.
- IBGE. Estimativas de População 2015. Porto Alegre: IBGE, 2015. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.sht.> Acesso em: 15/11/2020.
- IBGE. Estimativas de População 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.sht.> Acesso em: 09/10/2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Porto Alegre. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>> Acesso em: 12/08/2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Porto Alegre. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>> Acesso em: 12/08/2020.
- Martins CMR. Aplicação do Estatuto da Metrópole e elaboração do plano de desenvolvimento integrado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8672/1/Aplica%c3%a7%c3%a3o%20do%20estatuto.pdf>> Acesso em: 01/11/2020.
- Mazzei K, Colesani MTM, Santos DG. 2007. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. *Revista Sociedade & Natureza*, 19 (1): 33-43. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9350/5730>> Acesso em: 29/08/2020.
- Mortari M. Manejo Participativo: em busca da integridade do Parque Saint Hilaire. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Fundo Nacional do Meio Ambiente. Porto Alegre: Promoarte, 2002. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UYWpH7nU380Yk_xkz0zosRA9qya61Gcq/view?usp=sharing> Acesso em: 02/11/2020.
- Nascimento CA, Canto-Silva CR, Melo IBN, Marques SCM. A regulamentação da atividade de condução de visitantes nos Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação do Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10 (3): 516-532, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5041/504154162007.pdf>> Acesso em: 18/10/2020.
- Pellin A, Carvalho G, Reis JC, Pellin A. Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7(2): 344-373, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6368>> Acesso em: 18/10/2020.
- Porto Alegre de cima. Delta do Jacuí e o Guaíba. Iporã, 2016. Disponível em: <<https://portoalegredecima.wordpress.com/2016/02/25/delta-do-jacui-e-o-guaiba/>> Acesso em: 02/11/2020.
- Prefeitura municipal de Porto Alegre. Áreas Verdes Públicas do Município de Porto Alegre. Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=297> Acesso em: 09/09/2020.
- Prefeitura municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: Consulta pública: Refúgio da Vida Silvestre no Morro São Pedro: Fotos de Refúgio da Vida Silvestre, 2013. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam_consultapublica/default.php?p_secao=9> Acesso em: 02/11/2020.
- Queiroz ED, Vallejo LR. Uso público em unidades de conservação – entre o ideal e o real. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*, 5(9). 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28741> Acesso em: 18/10/2020.
- Rangel LA, Sinay L. Ecoturismo como ferramenta para criação de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 12(4): 563-580, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6711/7012>> Acesso em: 12/08/2020.
- Secretaria do meio ambiente e infraestrutura. Parque Natural Municipal Morro do Osso. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/parque-natural-municipal-morro-do-osso>> Acesso em: 02/11/2020.
- Sestren-Bastos MC. Plano de Manejo Participativo do Parque Natural Morro do Osso. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/plano_de_manejo_morro_do_osso_com_anexos.pdf> Acesso em: 24/10/2020.

Sestren-Bastos MC, Vieira RC, Ribeiro R. Plano de Manejo: Refúgio de Vida Silvestre São Pedro. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. Porto Alegre, RS: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=1jKOz7TZU20oDXlouRI5N5AYYKinQuMYJ>> Acesso em: 02/11/2020.

SMAM. Consulta Pública. Refúgio da Vida Silvestre São Pedro. Sem data. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam_consultapublica/default.php?p_secao=3> Acesso em: 02/11/2020.

SMAM. Consulta Pública. Vista do Refúgio da Vida Silvestre São Pedro. Sem data. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam_consultapublica/default.php?p_secao=9> Acesso em: 02/11/2020.

SMAM. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. Sem data. Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=122> Acesso em: 19/10/2020.

Soares PRR. A Região Metropolitana de Porto Alegre nos (des) caminhos da metropolização brasileira. Porto Alegre: Transformações na ordem urbana, 2015. Disponível em: <https://observatoriodasmetrosoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_portoalegre.pdf> Acesso em: 24/10/2020.

Vallejo LR. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. Anais do Encontro Fluminense sobre Uso Público em Unidades de Conservação: Gestão e Responsabilidades, 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/PZVWF>> Acesso em: 11/10/2020.

Vasconcellos JMO, Sokolowicz CC, Burger MIG. Plano de Manejo: Parque Estadual do Delta do Jacuí. 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B12GVSKkAf8YNjMxVjVzYU5MQVU>> Acesso em: 02/11/2020.

Wanderley LL. Turismo e Ecoturismo em Unidades de Conservação Ambiental no Brasil: Estratégias De Desenvolvimento Econômico E Incorporação Do Território, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2060592-Turismo-e-ecoturismo-em-unidades-de-conservacao-ambiental-no-brasil-estrategias-de-desenvolvimento-economico-e-incorporacao-do-territorio.html>> Acesso em: 15/11/2020.

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.

Edição Temática: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas

n. 3, 2022

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886